T1888002N

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO – CASAN
EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 003/2026
CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR

ADVOGADO

NOME

INSCRIÇÃO

Nível
SUPERIOR

Turno
TARDE

PROVA
01

Na Folha de Respostas, no local indicado, lembre-se de preencher o Número da Prova!
O não preenchimento levará à desclassificação.

Material recebido

- ✓ Prezado(a) candidato(a), além deste Caderno de Questões com **cinquenta questões objetivas**, você receberá a Folha de Respostas. Verifique se seu nome, o número do seu documento e o número de sua inscrição estão corretos.
- ✓ Confira seu Caderno de Questões quanto a falhas de impressão e de numeração e se o cargo corresponde àquele para o qual você se inscreveu.

Material a ser devolvido

- ✓ O único documento válido para a avaliação é a Folha de Respostas, a qual deve ser devolvida ao fiscal devidamente preenchida e assinada no local destinado a esse fim.
- ✓ Na Folha de Respostas, os alvéolos devem ser preenchidos da seguinte maneira: ●
- ✓ Para todo e qualquer preenchimento, só é permitido o uso de caneta esferográfica transparente de tinta azul ou preta.

Duração da prova e permanência na sala

- ✓ O prazo de realização da prova é de 4 (quatro) horas, incluindo a marcação da Folha de Respostas.
- ✓ Após 60 (sessenta) minutos do início da prova, você estará liberado(a) para utilizar o sanitário ou deixar definitivamente o local de aplicação, entretanto NÃO poderá se retirar da sala com qualquer tipo de anotação e/ou com o Caderno de Questões, o qual poderá ser levado somente ao término do prazo de realização da prova estabelecido em Edital.
- ✓ Os(As) três últimos(as) candidatos(as) só poderão se retirar da sala juntos(as), após assinatura do Termo de Fechamento do envelope de retorno.

Divulgação

- ✓ Os Cadernos de Questões e os Gabaritos preliminares estarão disponíveis no site do **Instituto AOCP**, no endereço eletrônico **www.institutoaocp.org.br**, conforme previsto em Edital.

***O não cumprimento a qualquer uma das determinações constantes em Edital, neste Caderno e na Folha de Respostas incorrerá em sua eliminação.**

instituto aocp

Língua Portuguesa

Abundância de água não garante acesso nem saneamento básico

Um país reconhecido pela abundância de recursos hídricos, o Brasil concentra cerca de 12% da água doce do planeta, segundo o Instituto Trata Brasil (ITB). É uma das nações com maior disponibilidade hídrica. Ainda assim, a falta de acesso à água potável devido a problemas crônicos de saneamento básico expõe um paradoxo que afeta milhões de brasileiros. Um fenômeno, inclusive, mundial.

Mais de 2 bilhões de pessoas no mundo não têm acesso à água potável segura, segundo levantamento da Organização das Nações Unidas (ONU) no Relatório Mundial sobre o Desenvolvimento dos Recursos Hídricos. Nesse contexto, o problema vai além da escassez e revela desigualdades estruturais que atravessam regiões, renda e condições de vida. No Brasil, o desafio está principalmente na distribuição e no tratamento com impactos diretos na saúde pública, na educação e no desenvolvimento social.

Escassez ou falta de infraestrutura?

Esse cenário levanta um debate sobre a dificuldade de acesso à água no Brasil estar relacionada à escassez do recurso ou à deficiência de infraestrutura. Para a professora Tamara Maria Gomes, da Faculdade de Zootecnia e Engenharia de Alimentos (FZEA) e assessora técnica da Superintendência de Gestão Ambiental (SGA), ambas da USP, é preciso considerar a dimensão continental do País e sua diversidade de solo, clima e vegetação, que se refletem na disponibilidade hídrica, tanto nas águas superficiais quanto subterrâneas.

De acordo com Tamara, um exemplo dessa diferença é a ocorrência de chuvas na região amazônica. “Se considerarmos o bioma Amazônia, as precipitações médias no ano são da ordem de 2.000 a 2.300 milímetros. Quando você olha para a chuva no bioma Caatinga, esse número cai para 500 milímetros por ano em determinadas regiões. Dessa forma, nós precisamos considerar que, do ponto de vista macro, não é uma questão de infraestrutura o problema da disponibilidade hídrica, mas sim uma questão ecológica.”

Por outro lado, a professora explica que, ao realizar uma avaliação no contexto regional no nível dos municípios, passa a ser um problema de infraestrutura. “Considerando as perdas físicas de água, aquela que é decorrente da perda por vazamentos, excesso de pressão ao longo da sua distribuição, essa perda pode chegar em alguns casos a mais de 20%. Se juntarmos isso às perdas aparentes, aquelas causadas por fraudes ou furtos, esse valor pode chegar até 40%. Isso significa que a cada 100 litros de água tratada, para abastecimento público, 40 litros não chegam a ser contabilizados como consumo de forma regular, passando a ser um problema de infraestrutura e gestão”, completa Tamara.

Saneamento e desigualdades regionais

Segundo a especialista, apesar da grande disponibilidade de água, o País possui baixos índices de coleta e tratamento de esgoto. “A coleta atinge em torno de 55% da população. Do volume total coletado, 80%, em algum momento, passa por alguma estação de tratamento, antes de ser devolvido aos cursos d’água. Essa conta dá ao Brasil um déficit de 50% no tratamento do esgoto.”

[…]

Para a especialista, a desigualdade no acesso ao saneamento também tem forte componente econômico. “Dentro de um mesmo município, os locais periféricos com grande adensamento populacional e baixa renda *per capita* estão sujeitos a ocupações irregulares, só por esse fato, essa população não será atendida pelo Sistema Público de Saneamento. O resultado desse cenário atinge diretamente a saúde pública.”

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), oito em cada dez doenças nos países em desenvolvimento estão relacionadas à água contaminada e à falta de saneamento básico. “Esse fator pode ter um impacto ainda mais cruel na base da pirâmide por ser a segunda maior causa de mortalidade infantil no mundo, em crianças menores de 5 anos. Portanto, a falta de saúde impacta diretamente em todos os outros fatores da vida, como a educação e a economia. Estudos mostram que a cada R$ 1 investido em saneamento é gerada uma economia de R$ 4 nos custos com saúde pública”, explica a professora.

Adaptado de: https://jornal.usp.br/campus-ribeirao-preto/abundancia-de-agua-nao-garante-acesso-nem-saneamento-basico/. Acesso em: 25 set. 2026.

1

Segundo a análise da professora Tamara Maria Gomes apresentada no texto, é correto afirmar que

(A) as perdas físicas de água, decorrentes de vazamentos e excesso de pressão, são da ordem de 40%, o que evidencia a importância da infraestrutura no abastecimento público.
(B) a dimensão continental do país e a diversidade de solo, clima e vegetação explicam a dificuldade de acesso à água como problema de infraestrutura no plano macro.
(C) a diferença na incidência de chuvas entre Amazônia e Caatinga mostra que o bioma Caatinga recebe mais precipitações do que o bioma Amazônia ao longo do ano.
(D) o diagnóstico da escassez hídrica no Brasil é relativo à escala de análise, podendo ser compreendido como desequilíbrio ecológico, em uma dimensão mais ampla de análise, e como déficit de gestão e infraestrutura, sob uma perspectiva municipal.
(E) as perdas físicas e aparentes de água tratada respondem pelo déficit de 50% no tratamento do esgoto no Brasil.

2

Sobre a pontuação empregada no texto, assinale a alternativa correta.

(A) Os parênteses presentes em "[...] Instituto Trata Brasil (ITB)." têm a função de introduzir a sigla do nome por extenso, viabilizando sua menção subsequente no texto.
(B) As aspas que cercam o depoimento da professora Tamara têm a função de indicar uma citação indireta, distanciando-a da voz da autora do texto.
(C) As vírgulas na expressão "Um fenômeno, inclusive, mundial." têm a função de separar elementos de uma enumeração, listando características do fenômeno.
(D) As vírgulas após "Nesse contexto" e "No Brasil" (2º parágrafo) têm a função de separar elementos que estabelecem coesão textual, por meio da adição de ideias.
(E) O apóstrofo na expressão "cursos d'água" tem a função de marcar uma crase no artigo feminino "a".

3

Observe o seguinte trecho:

"É uma das nações com maior disponibilidade hídrica. Ainda assim, a falta de acesso à água potável devido a problemas crônicos de saneamento básico expõe um paradoxo que afeta milhões de brasileiros.".

A relação semântica estabelecida entre as duas proposições é marcada pela ideia de

(A) causalidade, pois a abundância de recursos hídricos provoca diretamente a falta de acesso à água potável.
(B) adição, uma vez que a segunda proposição acrescenta um dado complementar sobre a disponibilidade hídrica nacional.
(C) concessão, já que se admite um fato (abundância hídrica) apesar do qual ocorre outro fenômeno aparentemente contraditório (falta de acesso).
(D) conclusão, visto que a falta de acesso é apresentada como consequência da grande disponibilidade de recursos.
(E) alternância, uma vez que o texto apresenta duas situações mutuamente excludentes sobre o abastecimento hídrico.

4

A respeito da significação da palavra ou expressão em destaque nos seguintes excertos do texto, assinale a alternativa correta.

(A) Em "[...] problemas crônicos de saneamento básico [...]", a palavra destacada pode ser substituída por "agudos", sem que haja alteração de sentido.
(B) Em "[...] o Brasil concentra cerca de 12% da água doce do planeta [...]", a palavra em destaque pode ser substituída por "reúne", mantendo o sentido original.
(C) Em "[...] não é uma questão de infraestrutura o problema da disponibilidade hídrica [...]", a expressão destacada pode ser interpretada como "escassez de água".
(D) Em "[...] revela desigualdades estruturais que atravessam regiões, renda e condições de vida.", a palavra destacada é sinônima de "semelhanças".
(E) Em "[...] 40 litros não chegam a ser contabilizados como consumo [...]", a palavra em destaque pode ser substituída por "descartados", sem alteração de sentido.

5

Assinale a alternativa que apresenta o verbo que, ao substituir a forma verbal utilizada no trecho "O resultado desse cenário atinge diretamente a saúde pública.", provoca gramaticalmente a ocorrência de acento grave (crase) no complemento.

(A) Afeta.
(B) Compromete.
(C) Chega.
(D) Prejudica.
(E) Fere.

6

Assinale a alternativa em que a concordância verbal NÃO está de acordo com a norma-padrão.

(A) Mais de 2 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável segura.
(B) A coleta atinge em torno de 55% da população.
(C) Um dos problemas mais graves é a falta de saneamento básico.
(D) Haviam milhões de brasileiros expostos à falta de água potável.
(E) A cada R$ 1 investido em saneamento, economiza-se R$ 4 na saúde pública.

7

Referente à expressão em destaque no trecho "Esse fator pode ter um impacto ainda mais cruel na <u>base da pirâmide</u> por ser a segunda maior causa de mortalidade infantil no mundo [...]", assinale a alternativa correta.

(A) Trata-se de uma metonímia, pois substitui a população vulnerável pela faixa etária das crianças de zero a cinco anos, mencionada logo em seguida.
(B) É uma hipérbole construída por meio do exagero, já que "pirâmide" remete a estruturas piramidais reais com múltiplos níveis hierárquicos.
(C) É uma perífrase que faz referência a modelos demográficos históricos, direcionando o foco do argumento para dados estatísticos de mortalidade.
(D) Funciona como ironia estrutural, sugerindo que a "base" seria a posição em que mais pessoas têm acesso aos serviços públicos de saneamento.
(E) A expressão funciona como metáfora social ao fazer referência aos estratos socioeconômicos mais baixos, reforçando a tese argumentativa sobre desigualdade estrutural.

8

Assinale a alternativa em que a função do "que" ou do "se" está corretamente explicada.

(A) Em "Se considerarmos o bioma Amazônia, as precipitações médias no ano são da ordem de 2.000 a 2.300 milímetros.", a palavra "se" indica certeza sobre o valor das precipitações.
(B) Em "Se juntarmos isso às perdas aparentes, aquelas causadas por fraudes ou furtos, esse valor pode chegar até 40%.", a palavra "se" mostra que a ação já aconteceu de fato.
(C) Em "[...] desigualdades estruturais que atravessam regiões, renda e condições de vida.", a palavra "que" se refere a "regiões", concordando com o verbo "atravessar", no plural.
(D) Em "Estudos mostram que a cada R$ 1 investido em saneamento gera uma economia de R$ 4 [...]", a palavra "que" introduz uma oração que estabelece uma comparação entre dois valores.
(E) Em "[...] expõe um paradoxo que afeta milhões de brasileiros.", a palavra "que" retoma a palavra "paradoxo" e se refere a ela.

9

No excerto "Ainda assim, a falta de acesso à água potável devido a problemas crônicos de saneamento básico expõe um paradoxo que afeta milhões de brasileiros.", a expressão "paradoxo" é utilizada para designar uma situação

(A) caracterizada pela escassez de água doce no território nacional, a qual contrasta com os altos índices de tratamento de esgoto.
(B) marcada pela contradição entre a abundância de recursos hídricos do Brasil e a falta de acesso à água potável decorrente da deficiência de saneamento.
(C) provocada principalmente pelas perdas aparentes causadas por fraudes e furtos ao longo do sistema público de abastecimento.
(D) relacionada à distribuição desigual de chuvas entre os biomas, que concentra a disponibilidade hídrica exclusivamente na região amazônica.
(E) resolvida com o investimento em infraestrutura, já que cada real investido em saneamento gera economia de quatro reais na saúde pública.

10

Considerando a temática saneamento básico, assinale a alternativa em que a oração em destaque expressa ideia de consequência.

(A) A falta de saneamento compromete a saúde pública, pois expõe as pessoas a doenças.
(B) As crianças são as mais afetadas porque vivem em regiões sem tratamento de esgoto.
(C) O déficit de tratamento de esgoto é tão amplo que afeta diretamente a saúde da população mais pobre.
(D) A água contaminada transmite doenças uma vez que contém patógenos.
(E) Milhões são afetados por faltar saneamento básico.

Raciocínio Lógico - Matemático

11

Um geólogo coordena um projeto de mapeamento hidrogeológico. O custo total para a perfuração de 4 poços de monitoramento foi de R$ 12.000. Posteriormente, foi autorizada a perfuração de um 5º poço de monitoramento. Com a adição desse novo poço, o custo médio por poço de monitoramento passou a ser de R$ 3.150. Nessas condições, o custo da perfuração do 5º poço de monitoramento foi especificamente de

(A) R$ 2.850.
(B) R$ 3.000.
(C) R$ 3.150.
(D) R$ 3.750.
(E) R$ 4.200.

12

Um analista de sistemas está mapeando a arquitetura de um datacenter composto por 5.000 servidores virtuais. Durante o levantamento, ele constatou que:

- **2.100 servidores utilizam banco de dados;**
- **2.800 servidores utilizam sistema de cache;**
- **800 servidores são dedicados a outras tecnologias, não utilizando banco de dados nem sistema de cache.**

Se o analista escolher um desses 5.000 servidores ao acaso para um teste de homologação, a probabilidade de o servidor sorteado utilizar, simultaneamente, banco de dados e cache é

(A) 10%.
(B) 12%.
(C) 14%.
(D) 18%.
(E) 24%.

13

Um químico estuda um novo método de purificação de água. Ele observa que, ao tratar uma amostra, a concentração de um poluente decai segundo a função

$$C(t) = 2025 \cdot 3^{-t} \ ,$$

sendo $C(t)$ a concentração do poluente (em mg/L) e t o tempo decorrido (em horas). Para cumprir as normas técnicas, a concentração desse poluente deve atingir 75 mg/L. O tempo mínimo necessário para atingir essa exigência é de

(A) 3 horas.
(B) 4 horas.
(C) 5 horas.
(D) 6 horas.
(E) 8 horas.

14

Um assistente social, responsável por propor e coordenar ações em uma companhia, elaborou um relatório sobre um novo projeto de intervenção. Durante a reunião de diretoria, para defender a importância de sua função, ele declarou a seguinte proposição lógica: "Se o assistente social realiza o planejamento adequado, então a avaliação sistemática do programa evidencia resultados positivos.". Do ponto de vista da lógica proposicional, assinale a alternativa que apresenta uma proposição logicamente equivalente à declaração feita pelo assistente social.

(A) Se a avaliação sistemática do programa evidencia resultados positivos, então o assistente social realiza o planejamento adequado.
(B) Se o assistente social não realiza o planejamento adequado, então a avaliação sistemática do programa não evidencia resultados positivos.
(C) O assistente social realiza o planejamento adequado e a avaliação sistemática do programa não evidencia resultados positivos.
(D) O assistente social não realiza o planejamento adequado e a avaliação sistemática do programa evidencia resultados positivos.
(E) O assistente social não realiza o planejamento adequado ou a avaliação sistemática do programa evidencia resultados positivos.

15

Para organizar um arquivo, devem ser alinhadas em uma prateleira 3 pastas diferentes de advogados, 5 pastas diferentes de biólogos e 4 pastas diferentes de contadores. O total de maneiras distintas em que essas pastas podem ser organizadas, sabendo que as pastas de uma mesma profissão devem ficar sempre juntas, que as 5 pastas dos biólogos devem permanecer sempre em uma mesma ordem fixa, sem trocar de posição entre si, e que os três grupos de profissões podem ficar em qualquer ordem na prateleira, é igual a

(A) 144.
(B) 864.
(C) 2.880.
(D) 17.280.
(E) 103.680.

16

Um enfermeiro monitora o tratamento respiratório de um paciente. A capacidade pulmonar do paciente, medida por um escore clínico E, evolui em função dos dias de tratamento t, segundo a função:

$$E(t) = 15 + log_3 t$$

A diferença entre os escores registrados pelo enfermeiro no 27º dia e no 1º dia de tratamento, nessa ordem, é igual a

(A) 15.
(B) 12.
(C) 9.
(D) 6.
(E) 3.

17

Um administrador está planejando o orçamento de um novo projeto, dividido em três fases técnicas: Pesquisa (x), Análise (y) e Implantação (z), com valores expressos em milhões de reais. Para garantir a organização e o controle financeiro das atividades, o administrador definiu as seguintes regras orçamentárias:

- **o valor da Pesquisa somado ao da Implantação, menos o valor da Análise, é igual a 2;**
- **o triplo do valor da Análise somado ao dobro do valor da Implantação é igual ao valor da Pesquisa;**
- **o triplo do valor da Pesquisa somado ao valor da Análise, menos o dobro do valor da Implantação, é igual a 6.**

Nessas condições, o valor, em milhões de reais, que o administrador deve destinar à fase de Pesquisa (x), representado na forma de fração, é

(A) $\frac{3}{11}$

(B) $\frac{6}{11}$

(C) $\frac{18}{11}$

(D) $\frac{23}{11}$

(E) $\frac{32}{11}$

Conhecimentos Gerais - Atualidades

18

A configuração atual do relevo brasileiro está relacionada tanto às características geológicas do território quanto à atuação prolongada de processos responsáveis pela modelagem da superfície. Nesse contexto, grande parte das estruturas geológicas brasileiras é antiga e vem sendo retrabalhada ao longo do tempo geológico. Com base nessas características, assinale a alternativa correta.

(A) As maiores altitudes do relevo brasileiro estão relacionadas à formação recente de extensas cadeias montanhosas associadas a movimentos tectônicos de grande intensidade.

(B) As estruturas geológicas antigas do território brasileiro foram submetidas, ao longo do tempo, à atuação de processos erosivos que contribuíram para a configuração das formas atuais do relevo.

(C) As formas atuais do relevo brasileiro resultam predominantemente de processos vulcânicos recentes, que remodelaram extensas áreas do território durante o período geológico mais recente.

(D) A presença de bacias sedimentares no território brasileiro determina a ocorrência de planícies, enquanto os terrenos cristalinos correspondem às áreas de planalto.

(E) A antiguidade das estruturas geológicas brasileiras contribuiu para preservar suas formas originais, reduzindo os efeitos da erosão e de outros processos externos sobre o relevo.

19

A respeito da formação e das características da experiência política conhecida como República Juliana, assinale a alternativa correta.

(A) Foi estabelecida em Laguna e esteve politicamente articulada ao movimento farroupilha que se desenvolvia no Rio Grande do Sul.
(B) Constitui-se em Desterro, após forças republicanas assumirem o controle da capital provincial e organizarem nela a sede do novo governo.
(C) Teve sua organização desenvolvida em São Francisco do Sul, com o objetivo de controlar um porto estratégico e estabelecer a sede política do movimento republicano catarinense.
(D) Fundou-se politicamente em Lages, onde os revolucionários passaram a coordenar a expansão do movimento pelo território catarinense.
(E) Foi instituída em Laguna como um governo autônomo que manteve vínculos políticos com o Império e buscou negociar maior autonomia administrativa para Santa Catarina.

20

Uma equipe responsável pelo planejamento preventivo de serviços públicos em Santa Catarina analisou, no final de julho de 2026, informações divulgadas pela Secretaria de Estado da Proteção e Defesa Civil e pela Epagri/Ciram. Os órgãos indicaram intensificação do fenômeno El Niño ao longo do segundo semestre e tendência de volumes de chuva acima da média climatológica para os meses de agosto, setembro e outubro. Considerando esse cenário, assinale a alternativa que apresenta a medida mais coerente com os riscos associados às condições climáticas previstas para o estado.

(A) Priorizar ações voltadas à redução dos efeitos de estiagens prolongadas, especialmente em áreas sujeitas à diminuição persistente dos níveis dos rios.
(B) Concentrar o planejamento na prevenção de ondas de frio intenso e geadas generalizadas, por serem os principais efeitos esperados da intensificação do El Niño.
(C) Direcionar as ações preventivas para regiões litorâneas, considerando que os efeitos previstos do El Niño tendem a se restringir às áreas próximas ao oceano.
(D) Reforçar o monitoramento de áreas suscetíveis a enxurradas, inundações e deslizamentos, além de acompanhar a ocorrência de temporais e vendavais.
(E) Reduzir o acompanhamento hidrometeorológico durante o inverno, retomando-o na primavera, quando os efeitos do El Niño passam a ocorrer com maior intensidade.

Legislação

21

Considerando o Estatuto da Igualdade Racial (Lei Federal nº 12.288/2010), os moradores das comunidades de remanescentes de quilombos

(A) não possuem qualquer prioridade legal em políticas de saneamento básico, aplicando-se a eles as mesmas regras gerais de atendimento.
(B) somente podem ser atendidos mediante celebração de convênio específico com a Fundação Cultural Palmares.
(C) têm direito a atendimento gratuito e vitalício de água e esgoto, custeado integralmente pela União.
(D) são beneficiários de incentivos específicos para a garantia do direito à saúde, incluindo melhorias nas condições ambientais e no saneamento básico.
(E) recebem tratamento prioritário nas políticas de saneamento básico, independentemente da existência de programas específicos destinados à população quilombola.

22

De acordo com o art. 181 da Constituição do Estado de Santa Catarina, a proteção do meio ambiente constitui dever

(A) do Estado e dos Municípios, cabendo à União a responsabilidade exclusiva pela preservação dos recursos naturais.
(B) do Poder Público e da coletividade, sendo assegurada a proteção do meio ambiente para as presentes e futuras gerações.
(C) dos órgãos públicos responsáveis pela fiscalização ambiental, aos quais compete exclusivamente adotar medidas de preservação e recuperação ambiental.
(D) das entidades privadas que desenvolvam atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental, independentemente da atuação do Poder Público.
(E) dos proprietários de áreas rurais e urbanas, que respondem prioritariamente pela conservação ambiental em seus respectivos imóveis.

23

Segundo o Regimento Interno da Casan (Resolução nº 002/2022), o Conselho de Administração é composto por

(A) 9 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, sendo 1 indicado pelos empregados, com mandato unificado de 2 anos.
(B) 5 membros efetivos, todos eleitos pela Diretoria Executiva, sem participação dos empregados.
(C) 7 membros efetivos, eleitos exclusivamente pelo Conselho Fiscal, com mandato de 4 anos.
(D) 3 membros efetivos, todos de livre nomeação do Governador do Estado.
(E) 11 membros efetivos, eleitos pela Assembleia Geral, vedada a indicação de representante dos empregados.

24

Um técnico da Casan participa da avaliação de resultados de um projeto-piloto conduzido em parceria com uma *startup* catarinense e precisa identificar a quem compete cada etapa de decisão dentro da companhia. Segundo a Política de Inovação da Casan, a governança da inovação é estruturada em três camadas complementares, sendo correto afirmar que

(A) a camada estratégica é exercida pelo Casan Labs, e a camada operacional pela Diretoria de Inovação e Negócios (DI).
(B) o Conselho de Administração atua nas três camadas, sem divisão específica de atribuições entre elas.
(C) o Conselho Fiscal responde pela camada tática, enquanto a Assembleia Geral atua na camada operacional.
(D) a governança não é dividida em camadas e fica integralmente sob responsabilidade do Casan Labs.
(E) a camada estratégica é exercida pela Diretoria de Inovação e Negócios (DI), a camada tática pela Gerência de Novos Negócios (GNN) e a camada operacional pelo Casan Labs.

25

Uma companhia estadual de saneamento pretende captar água de um rio de domínio da União para abastecer um novo sistema de distribuição em expansão. Segundo a Lei Federal nº 9.984/2000, a competência para outorgar, por meio de autorização, o direito de uso desses recursos hídricos é da

(A) Secretaria de Estado do Meio Ambiente.
(B) Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA).
(C) prefeitura do município onde se localiza a captação.
(D) própria companhia estadual de saneamento responsável pela captação.
(E) Assembleia Legislativa do Estado.

Conhecimentos Específicos

26

A diretoria de uma companhia de saneamento aprovou programa destinado à ampliação gradual do atendimento de comunidades rurais por serviços de abastecimento de água. Durante sua execução, um gestor determinou que certa localidade fosse preterida porque seus moradores tinham apresentado reclamações contra a companhia, embora os critérios técnicos divulgados indicassem que a comunidade deveria ser atendida prioritariamente. Ao examinar o caso, a assessoria jurídica considerou os princípios constitucionais aplicáveis à Administração Pública e os objetivos de natureza programática que orientam a atuação estatal. Considerando a eficácia das normas constitucionais, assinale a alternativa correta.

(A) Os princípios constitucionais dependem de regulamentação legislativa para fundamentar o controle da decisão administrativa, enquanto as normas programáticas produzem efeitos integrais desde a promulgação da Constituição.
(B) A decisão pode ser controlada diretamente à luz dos princípios constitucionais da impessoalidade e da moralidade, que vinculam a Administração Pública, ao passo que as normas programáticas orientam a atuação estatal e vinculam os poderes públicos em sua progressiva concretização.
(C) A natureza empresarial da companhia afasta a incidência dos princípios próprios da Administração Pública, permanecendo aplicáveis as normas programáticas relacionadas à universalização dos serviços públicos.
(D) Os princípios constitucionais funcionam como recomendações interpretativas, de modo que a decisão permanece válida se tiver sido adotada por autoridade competente e observar o procedimento interno da companhia.
(E) As normas programáticas autorizam o gestor a selecionar livremente as localidades beneficiadas, pois a definição das prioridades administrativas integra o espaço de conveniência da Administração.

27

A respeito dos fatos administrativos, assinale a alternativa correta.

(A) Correspondem às declarações unilaterais da Administração destinadas a constituir, modificar ou extinguir relações jurídicas, a exemplo da aplicação de sanção administrativa.

(B) Compreendem acontecimentos internos da Administração desprovidos de consequência jurídica, distinguindo-se dos fatos da Administração pela produção de efeitos no Direito Administrativo.

(C) Resultam de acordo de vontades entre a Administração e o particular, como ocorre na celebração de contrato para execução de obra pública.

(D) Abrangem acontecimentos juridicamente relevantes e operações materiais relacionadas à atividade administrativa, como a execução física de obra anteriormente autorizada, sem constituírem declaração jurídica de vontade.

(E) Identificam-se com os atos preparatórios que instruem a decisão administrativa, como pareceres, laudos e manifestações produzidos durante o procedimento.

28

Considere que a Casan adquiriu de uma sociedade empresária três geradores móveis destinados à manutenção do abastecimento de água em situações emergenciais. O contrato de compra e venda foi celebrado por escrito, e o preço foi integralmente pago. Como a Companhia ainda preparava o local de armazenamento dos equipamentos, as partes ajustaram que os geradores permaneceriam por trinta dias no estabelecimento da vendedora, que passaria a conservá-los, durante esse período, em nome e por conta da Casan. Antes do término do prazo, um credor da vendedora requereu a penhora dos geradores, sustentando que eles permaneciam sob a posse direta da devedora e não tinham sido fisicamente entregues à adquirente. Com base nos modos de aquisição da propriedade, assinale a alternativa correta.

(A) A propriedade dos geradores foi transferida à Casan, pois a permanência dos bens com a vendedora, que passou a possuí-los em nome da adquirente, caracteriza constituto possessório e configura tradição ficta.

(B) A propriedade permaneceu com a vendedora, pois a tradição dos bens móveis exige sua entrega física à adquirente ou a representante formalmente constituído para recebê-los.

(C) A propriedade foi transferida com o pagamento integral do preço, independentemente de tradição real ou ficta, porque o adimplemento encerrou as obrigações decorrentes da compra e venda.

(D) A propriedade foi transferida com a celebração do contrato escrito, pois o instrumento contratual constitui título suficiente para a transmissão de bens móveis individualizados.

(E) A propriedade será adquirida pela Casan ao final do prazo de trinta dias, quando cessar a posse direta da vendedora, ainda que os equipamentos permaneçam no mesmo estabelecimento.

29

A respeito da solidariedade decorrente da formação de grupo econômico nas relações de trabalho, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) As empresas integrantes de grupo econômico respondem solidariamente pelas obrigações decorrentes da relação de emprego, embora cada uma conserve personalidade jurídica própria.

( ) A preservação da autonomia entre as empresas é compatível com a formação de grupo econômico, desde que haja interesse integrado, efetiva comunhão de interesses e atuação conjunta.

( ) A existência de sócios em comum constitui elemento suficiente para caracterizar o grupo econômico e produzir responsabilidade solidária.

( ) O grupo econômico pode ser reconhecido quando as empresas atuam de forma coordenada, desde que sejam demonstrados os requisitos previstos na legislação trabalhista.

(A) V – F – V – F.
(B) F – V – F – V.
(C) V – V – F – V.
(D) F – F – V – V.
(E) V – F – F – V.

30

Considere que um ex-empregado ajuizou reclamação trabalhista contra empresa contratada pela Casan para a execução de obra de saneamento. Embora regularmente intimado, o reclamante não compareceu à audiência inaugural nem apresentou justificativa. O juízo arquivou a reclamação e condenou-o ao pagamento das custas processuais. Posteriormente, o trabalhador ajuizou nova reclamação com pedidos idênticos, mas não comprovou o pagamento das custas do processo anterior.

Considerando as regras relativas ao comparecimento das partes à audiência e ao arquivamento da reclamação trabalhista, assinale a alternativa correta.

(A) O arquivamento da primeira reclamação extinguiu definitivamente as pretensões nela formuladas, impedindo a propositura de nova ação com os mesmos pedidos.
(B) A ausência do reclamante deveria ter produzido revelia e confissão quanto à matéria de fato, com julgamento de improcedência dos pedidos formulados.
(C) O pagamento das custas do processo arquivado pode ser postergado para depois da audiência da nova reclamação, desde que o reclamante reitere os pedidos anteriormente apresentados.
(D) O arquivamento foi adequado, mas a condenação ao pagamento de custas dependeria de requerimento da parte reclamada e da demonstração de prejuízo processual.
(E) A ausência injustificada do reclamante acarreta o arquivamento da reclamação e sua condenação ao pagamento das custas, condicionando o ajuizamento de nova demanda à comprovação desse pagamento.

31

A respeito das servidões administrativas, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) Podem impor ao imóvel determinado ônus de uso ou de suporte em favor da execução de atividade de interesse público, sem transferir ao beneficiário a propriedade do bem.

(B) Podem ser instituídas por acordo com o proprietário ou, na ausência de consenso, mediante decisão judicial, observada a declaração de utilidade pública quando exigida.

(C) Recaem sobre bens determinados e podem assegurar o acesso à área onerada para implantação, inspeção, conservação e manutenção da infraestrutura pública.

(D) Ensejam indenização correspondente aos prejuízos efetivamente causados ao proprietário pela restrição ao uso do imóvel, não se confundindo essa reparação com o pagamento integral do valor do bem.

(E) Produzem a aquisição da propriedade do imóvel pelo Poder Público ou pelo delegatário do serviço, ainda que o antigo titular permaneça autorizado a utilizá-lo de forma compatível com a finalidade pública.

32

Considere que foi apresentada proposta de emenda à Constituição, subscrita pelo número constitucionalmente exigido de membros da Câmara dos Deputados, com a finalidade de atribuir ao Congresso Nacional competência para sustar decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal quando, por maioria de três quintos dos integrantes de cada Casa Legislativa, fossem consideradas contrárias ao interesse nacional. A proposta foi aprovada em dois turnos pela Câmara dos Deputados e pelo Senado Federal, obtendo, em todas as votações, três quintos dos votos dos respectivos membros, e posteriormente promulgada pelas Mesas das duas Casas. Considerando o regime constitucional do poder constituinte e da reforma da Constituição, assinale a alternativa correta.

(A) A emenda é constitucional, pois a observância da iniciativa, dos turnos de votação, do quórum qualificado e da promulgação pelas Mesas do Congresso esgota os requisitos de validade da reforma constitucional.

(B) A emenda pode ser impugnada judicialmente via ação direta de inconstitucionalidade sob os argumentos de submissão do poder constituinte derivado a limites materiais e de comprometimento da separação dos Poderes.

(C) A emenda não se sujeita ao controle de constitucionalidade, uma vez que passa a ocupar a mesma posição hierárquica das normas produzidas pelo poder constituinte originário.

(D) A validade da emenda depende de referendo popular, porque a transferência de competência entre os Poderes exige manifestação direta do titular da soberania.

(E) A emenda é válida se sua aplicação ficar restrita às decisões do Supremo Tribunal Federal que produzam efeitos gerais, preservada a autoridade das decisões proferidas em processos individuais.

33

A respeito da jornada de trabalho e de sua prorrogação, informe se é verdadeiro (V) ou falso (F) o que se afirma a seguir e assinale a alternativa com a sequência correta.

( ) A duração normal do trabalho pode ser acrescida de até duas horas extraordinárias diárias, mediante acordo individual, convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

( ) A remuneração da hora extraordinária deve ser superior à da hora normal em, no mínimo, cinquenta por cento, salvo compensação validamente ajustada.

( ) O regime de compensação de jornada estabelecido por acordo individual, tácito ou escrito, é lícito quando a compensação ocorrer no mesmo mês.

( ) O banco de horas com período de compensação de até seis meses depende necessariamente de convenção coletiva ou acordo coletivo de trabalho.

(A) F – V – V – F.
(B) V – F – F – V.
(C) V – V – F – V.
(D) F – F – V – V.
(E) V – V – V – F.

34

Em ação indenizatória ajuizada contra a Casan, o proprietário de um imóvel alegou que infiltrações estruturais decorreram de vazamento na rede pública de abastecimento. Para demonstrar o fato constitutivo de seu direito, apresentou fotografias, laudo particular e registros das reclamações encaminhadas à companhia. A Casan contestou a origem do dano e afirmou que a infiltração decorreria de falhas construtivas do imóvel.

Durante o saneamento, o juízo verificou que os dados de telemetria da rede, os históricos de pressão, as ordens de serviço e os relatórios de manutenção do período estavam sob guarda exclusiva da Casan. Por decisão fundamentada, antes do início da instrução, o juízo atribuiu à companhia o ônus de apresentar esses documentos e demonstrar a regularidade operacional da rede no trecho correspondente. Considerando a disciplina do ônus da prova no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) A redistribuição é inválida, porque o ônus de provar todo fato constitutivo permanece necessariamente com o autor, não podendo ser alterado por decisão judicial.
(B) A redistribuição somente seria admissível se houvesse convenção das partes, pois o juiz não pode modificar de ofício a distribuição legal do ônus da prova.
(C) A decisão é inválida porque a distribuição dinâmica pode ser realizada apenas na sentença, depois de constatada a insuficiência das provas produzidas segundo a regra geral.
(D) A redistribuição é admissível se, diante das peculiaridades da causa, a Casan tiver maior facilidade de produzir a prova, desde que a decisão seja fundamentada, assegure oportunidade de cumprimento do encargo e não imponha prova impossível ou excessivamente difícil.
(E) A redistribuição torna presumidamente verdadeira a existência do vazamento, dispensando o autor de demonstrar os demais fatos constitutivos da pretensão indenizatória.

35

Preencha as lacunas e assinale a alternativa correta.

A Lei nº 9.433/1997 estabelece que a água é um bem de domínio _____, constitui recurso natural limitado e é dotada de valor _____. Em situações de escassez, o uso prioritário dos recursos hídricos destina-se ao consumo _____ e à dessedentação de animais.

(A) privado / ambiental / industrial
(B) público / econômico / humano
(C) comum / financeiro / doméstico
(D) estatal / tributário / comunitário
(E) coletivo / comercial / urbano

36

Um empregado de sociedade de economia mista foi eleito dirigente sindical e encontrava-se no período de estabilidade provisória. Após apuração interna de conduta que, segundo a empregadora, configuraria falta grave, o empregado foi suspenso preventivamente de suas funções. A empresa ajuizou inquérito judicial para apuração de falta grave quarenta dias após o início da suspensão, sustentando que o prazo deveria ser contado somente após a conclusão do procedimento disciplinar interno. Considerando a disciplina do inquérito judicial para apuração de falta grave, assinale a alternativa correta.

(A) O inquérito é tempestivo, pois o prazo de trinta dias começa com a conclusão do procedimento disciplinar interno, momento em que o empregador forma convicção definitiva sobre a falta imputada.
(B) A empresa poderia dispensar imediatamente o dirigente sindical e discutir a falta grave em reclamação trabalhista posterior, pois o inquérito judicial constitui faculdade do empregador.
(C) O ajuizamento é tempestivo, porque o prazo de trinta dias possui natureza prescricional e foi interrompido pela apuração interna realizada pela empregadora.
(D) O inquérito está sujeito apenas à prescrição trabalhista prevista no art. 7º, XXIX, da Constituição, pois a CLT não estabelece prazo específico para seu ajuizamento.
(E) O direito de requerer judicialmente a apuração da falta grave foi atingido pela decadência, porque o prazo de trinta dias é contado da suspensão do empregado, não sendo postergado pela realização de procedimento disciplinar interno.

37

A respeito do Estudo Prévio de Impacto Ambiental, do Relatório de Impacto Ambiental e dos demais estudos ambientais, assinale a alternativa correta.

(A) O Relatório de Impacto Ambiental substitui o Estudo Prévio de Impacto Ambiental, cabendo ao órgão licenciador escolher qual dos dois documentos será apresentado pelo empreendedor.
(B) O Estudo Prévio de Impacto Ambiental deve ser exigido em todo licenciamento ambiental, enquanto os demais estudos ambientais se destinam exclusivamente à renovação das licenças já concedidas.
(C) O Estudo Prévio de Impacto Ambiental é exigível para atividade ou empreendimento potencialmente causador de significativa degradação ambiental, e suas conclusões devem ser refletidas em Relatório de Impacto Ambiental objetivo e acessível ao público.
(D) O Estudo Prévio de Impacto Ambiental limita-se ao diagnóstico do meio físico, enquanto a avaliação dos meios biótico e socioeconômico integra exclusivamente o Relatório de Impacto Ambiental.
(E) O Relatório de Impacto Ambiental possui natureza sigilosa, pois contém informações técnicas pertencentes ao empreendedor, cabendo ao órgão licenciador divulgar apenas a decisão final.

38

A Casan identificou que uma empresa contratada iniciara a retirada de equipamentos essenciais ao funcionamento de uma estação de tratamento, apesar de controvérsia contratual ainda não solucionada. Diante do risco de interrupção do abastecimento, a Companhia ajuizou tutela cautelar em caráter antecedente, requerendo a indisponibilidade temporária dos equipamentos. A medida foi deferida e efetivada.

Intimada para formular o pedido principal, a Casan pretende apresentá-lo nos mesmos autos, sem adiantamento de novas custas, e incluir pedido indenizatório relacionado aos prejuízos decorrentes da conduta da contratada.

Considerando o regime da tutela provisória no Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

(A) A Casan deverá ajuizar ação autônoma para formular o pedido principal, pois a efetivação da tutela cautelar encerra o procedimento antecedente.

(B) O pedido principal deverá ser formulado nos mesmos autos, no prazo de trinta dias da efetivação da medida, sem adiantamento de novas custas, podendo a causa de pedir ser aditada nesse momento.

(C) A tutela cautelar tornou-se estável porque a contratada não interpôs recurso contra a decisão concessiva, somente podendo ser afastada por ação revisional proposta no prazo de dois anos.

(D) A inclusão de pedido indenizatório depende de consentimento da parte contrária, pois a causa de pedir não pode ser modificada depois da concessão da tutela antecedente.

(E) Se o pedido principal não for apresentado no prazo legal, a tutela cautelar conservará seus efeitos até que a parte contrária requeira expressamente sua revogação.

39

A respeito da prescrição contra a Fazenda Pública, assinale a alternativa INCORRETA.

(A) O regime legal da prescrição contra a Fazenda Pública foi estendido indistintamente a todas as entidades da Administração Indireta, inclusive empresas públicas e sociedades de economia mista, qualquer que seja a atividade por elas exercida.

(B) Em regra, todo direito ou ação contra a Fazenda federal, estadual ou municipal prescreve em cinco anos, contados da data do ato ou fato do qual se originou.

(C) Nas obrigações divididas em prestações periódicas, a prescrição alcança progressivamente cada prestação à medida que se completa o respectivo prazo.

(D) Nas relações de trato sucessivo em que a Fazenda Pública figure como devedora, quando não tiver sido negado o próprio direito, a prescrição atinge apenas as prestações anteriores ao quinquênio que precede o ajuizamento da ação.

(E) O requerimento administrativo protocolado pelo titular suspende a prescrição durante o período em que a Administração estiver examinando, reconhecendo ou apurando a dívida considerada líquida.

40

Considere que o estado de Santa Catarina pretende criar um Parque Estadual em área de relevante interesse ecológico, composta por imóveis públicos e particulares. Parte da área projetada é atravessada por adutora operada pela Casan, cuja manutenção exige o ingresso periódico de equipes técnicas. Durante o procedimento de criação da unidade, foi proposta a dispensa da consulta pública, a permanência definitiva das propriedades particulares em domínio privado e o adiamento da elaboração do Plano de Manejo por prazo indeterminado.

À luz da Lei nº 9.985/2000, que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, assinale a alternativa correta.

(A) O Parque Estadual integra o grupo das Unidades de Uso Sustentável, razão pela qual pode manter imóveis particulares em seus limites e admitir livremente atividades econômicas compatíveis com a conservação ambiental.

(B) A criação do Parque Estadual depende necessariamente de lei em sentido formal, não podendo decorrer de decreto ou de outro ato do Poder Executivo.

(C) A consulta pública pode ser dispensada na criação de qualquer unidade de Proteção Integral, desde que os estudos técnicos demonstrem a relevância ecológica da área.

(D) O Parque Estadual integra o grupo das Unidades de Proteção Integral, deve ser precedido de estudos técnicos e consulta pública, é de posse e domínio públicos e deve possuir Plano de Manejo elaborado no prazo legal, sem que a preexistência da adutora afaste a incidência dessas regras.

(E) O Plano de Manejo é facultativo quando a unidade possui infraestrutura pública anterior à sua criação, cabendo ao órgão gestor disciplinar o acesso para manutenção por autorizações individuais.

41

Considere que o estado de Santa Catarina editou lei estabelecendo diretrizes para a prestação regionalizada de determinado serviço público e impondo condições técnicas às empresas que atuam no setor. Uma associação empresarial ajuizou ação sustentando que a norma violaria a livre iniciativa e que somente a União poderia disciplinar atividades econômicas. À luz da organização político-administrativa do Estado brasileiro e dos princípios constitucionais da ordem econômica, analise as assertivas a seguir e assinale a alternativa correta.

I. A autonomia dos Estados permite o exercício das competências legislativas e administrativas que lhes foram constitucionalmente atribuídas, sem que isso represente soberania própria ou poder ilimitado para intervir na atividade econômica.

PORQUE

II. A ordem econômica é fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, mas também se submete aos demais princípios do art. 170 da Constituição, admitindo disciplina estatal compatível com a repartição constitucional de competências e com os valores que legitimam a regulação.

(A) As assertivas I e II são verdadeiras, e a II justifica adequadamente a I.

(B) As assertivas I e II são verdadeiras, mas a II não justifica adequadamente a I.

(C) A assertiva I é verdadeira, e a II é falsa.

(D) A assertiva I é falsa, e a II é verdadeira.

(E) As assertivas I e II são falsas.

42

A Casan avaliava ajuizar ação regressiva contra empresa contratada para executar obra em uma estação de tratamento. Antes da propositura da demanda, verificou que parte da estrutura apresentava deterioração acelerada e seria substituída emergencialmente, o que poderia inviabilizar futura perícia sobre as causas do dano. A companhia requereu judicialmente a produção antecipada de prova pericial. Paralelamente, identificou que perícia realizada em outro processo, envolvendo obra executada pela mesma contratada e segundo o mesmo método construtivo, continha informações técnicas relevantes. A contratada não havia participado daquele processo. Considerando a produção antecipada da prova e a prova emprestada, assinale a alternativa correta.

(A) A produção antecipada é incabível porque a Casan ainda não ajuizou a ação regressiva, e a prova realizada em outro processo não pode ser utilizada sem identidade entre as partes.

(B) A produção antecipada somente pode ser deferida se demonstrado perigo de perecimento da prova, sendo juridicamente irrelevante que seu conhecimento prévio possa viabilizar acordo ou evitar o ajuizamento da ação.

(C) A perícia antecipada pode ser admitida diante do risco de se tornar impossível ou muito difícil a futura verificação dos fatos, e a prova produzida em outro processo pode ser aproveitada, mesmo sem identidade de partes, desde que o contraditório seja assegurado no processo de destino.

(D) O juízo da produção antecipada deve definir desde logo se houve inadimplemento contratual e qual empresa é responsável pelo dano, pois a valoração jurídica integra necessariamente o procedimento probatório.

(E) A perícia produzida antecipadamente vincula o juiz da futura ação regressiva, enquanto a prova emprestada conserva obrigatoriamente o mesmo valor que recebeu no processo de origem.

43

A Casan projetou a implantação de uma adutora para ampliar o abastecimento de água em determinado município. O traçado tecnicamente selecionado atravessa faixa marginal de curso d'água natural perene, caracterizada como Área de Preservação Permanente. Os estudos indicaram que a intervenção exigirá a supressão pontual de vegetação nativa e que existem alternativas locacionais, embora uma delas apresente custo mais elevado e menor eficiência operacional.

Considerando o regime jurídico das Áreas de Preservação Permanente estabelecido pela Lei nº 12.651/2012, assinale a alternativa correta.

(A) A faixa marginal somente será considerada Área de Preservação Permanente se estiver efetivamente coberta por vegetação nativa, pois a ausência de cobertura vegetal descaracteriza sua função ambiental.

(B) A implantação de infraestrutura de saneamento é qualificada legalmente como utilidade pública, podendo fundamentar intervenção ou supressão de vegetação nativa em Área de Preservação Permanente, desde que observados o procedimento ambiental aplicável e os demais requisitos legais.

(C) A natureza pública do serviço de abastecimento dispensa autorização ambiental para a intervenção em Área de Preservação Permanente, pois a supremacia do interesse público prevalece automaticamente sobre a proteção da vegetação.

(D) A existência de alternativa locacional mais onerosa impede, por si só, a intervenção na Área de Preservação Permanente, ainda que a obra esteja legalmente enquadrada como de utilidade pública.

(E) A intervenção em Área de Preservação Permanente somente pode ser autorizada para atividade de interesse social ou de baixo impacto ambiental, não se aplicando a hipótese de utilidade pública às obras de saneamento.

44

A respeito da intervenção do Estado na propriedade privada, da requisição administrativa e da ocupação temporária, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A requisição administrativa pressupõe situação de iminente perigo público, permite à autoridade competente utilizar propriedade particular e assegura indenização posterior ao proprietário somente se houver dano.
II. A requisição administrativa transfere definitivamente ao Poder Público a propriedade do bem requisitado, razão pela qual depende de indenização prévia e justa em dinheiro.
III. A ocupação temporária prevista no Decreto-Lei nº 3.365/1941 pode alcançar terrenos não edificados, vizinhos às obras e necessários à sua realização, sendo a indenização apurada ao final, em ação própria.
IV. A ocupação temporária possui natureza transitória e instrumental, não importando transferência do domínio do imóvel ao Poder Público, e o expropriante prestará caução quando ela for exigida.

(A) Apenas I e II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, III e IV.
(D) Apenas II, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

45

Durante investigação sobre o funcionamento de uma estação de tratamento operada por sociedade empresária contratada pela Casan, foram constatados os seguintes fatos:

I. a unidade permaneceu em funcionamento depois do vencimento da licença ambiental, embora a renovação não tivesse sido obtida;
II. efluentes foram lançados em corpo hídrico em níveis que, segundo os elementos colhidos, poderiam resultar em danos à saúde humana;
III. o responsável técnico inseriu informações parcialmente falsas no relatório ambiental apresentado à autoridade competente, omitindo dados sobre a composição dos efluentes;
IV. a diretoria da empresa, embora previamente informada sobre as irregularidades, decidiu manter a operação em benefício econômico da sociedade.

Segundo a Lei nº 9.605/1998 e a jurisprudência aplicável, assinale a alternativa correta.

(A) Os fatos podem, em tese, enquadrar-se em tipos penais distintos, inclusive nos arts. 54, 60 e 69-A da Lei nº 9.605/1998; a pessoa jurídica poderá ser responsabilizada penalmente se a infração decorrer de decisão de seu representante ou órgão colegiado, no interesse ou benefício da entidade, sem exclusão da responsabilidade das pessoas físicas que tenham concorrido para os crimes.
(B) O funcionamento sem licença ambiental constitui apenas infração administrativa, porque o art. 60 da Lei nº 9.605/1998 somente criminaliza a instalação inicial de estabelecimento potencialmente poluidor.
(C) O crime do art. 54 da Lei nº 9.605/1998 somente se configura mediante comprovação pericial de dano efetivo à saúde humana, sendo insuficiente a demonstração da potencialidade lesiva da poluição.
(D) A inserção de informação parcialmente falsa em relatório ambiental é atípica quando a falsidade não alcança a totalidade do documento, pois o art. 69-A da Lei nº 9.605/1998 exige estudo ambiental integralmente falso.
(E) A responsabilização penal da pessoa jurídica afasta a das pessoas físicas envolvidas, pois a imputação simultânea do mesmo fato representaria duplicidade punitiva.

46

A respeito dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos previstos na Lei nº 9.433/1997, analise as assertivas e assinale a alternativa que aponta as corretas.

I. A outorga de direito de uso de recursos hídricos tem como objetivos assegurar o controle quantitativo e qualitativo dos usos da água e garantir o efetivo exercício dos direitos de acesso à água.

II. A outorga implica alienação parcial das águas ao usuário, conferindo-lhe direito de propriedade sobre o volume autorizado durante o prazo fixado no ato administrativo.

III. A captação de parcela da água existente em corpo hídrico para consumo final ou para utilização como insumo de processo produtivo está sujeita à outorga, ressalvados os usos considerados insignificantes na forma do regulamento.

IV. A cobrança pelo uso de recursos hídricos objetiva reconhecer a água como bem econômico, incentivar sua utilização racional e obter recursos financeiros para os programas e intervenções previstos nos planos de recursos hídricos.

(A) Apenas I e II.
(B) Apenas II e III.
(C) Apenas I, II e IV.
(D) Apenas I, III e IV.
(E) I, II, III e IV.

47

Um cidadão, no pleno gozo de seus direitos políticos, ajuizou ação popular para anular contrato administrativo celebrado por sociedade de economia mista estadual, alegando violação à moralidade administrativa e dano ambiental decorrente da execução contratual. No curso do processo, o autor desistiu da ação por razões pessoais.

Paralelamente, uma associação civil constituída há três anos, que inclui entre suas finalidades institucionais a proteção do meio ambiente, pretende ajuizar ação civil pública com o objetivo de obter a reparação dos danos ambientais decorrentes do mesmo contrato.

À luz da Constituição Federal, da Lei nº 4.717/1965 e da Lei nº 7.347/1985, assinale a alternativa correta.

(A) A desistência do autor da ação popular produz a extinção imediata do processo com resolução do mérito e impede o ajuizamento de ação civil pública sobre os mesmos fatos, em razão da coisa julgada.
(B) A ação popular é privativa do Ministério Público, enquanto a associação somente poderá propor ação civil pública se estiver constituída há pelo menos cinco anos.
(C) A ação popular exige demonstração cumulativa de ilegalidade e dano material ao erário, sendo incabível quando a lesão estiver restrita à moralidade administrativa ou ao meio ambiente.
(D) A desistência do autor popular não implica extinção imediata do processo, pois deve ser assegurada a possibilidade de prosseguimento por outro cidadão ou pelo Ministério Público; a associação, preenchidos os requisitos legais, possui legitimidade para propor ação civil pública destinada à reparação do dano ambiental.
(E) A associação possui legitimidade para a ação civil pública independentemente do tempo de constituição e de pertinência entre suas finalidades institucionais e o objeto da demanda, pois a defesa ambiental constitui legitimação universal.

48

Uma sociedade empresária contratada para executar obras de saneamento ajuizou pedido de recuperação judicial em 10 de março de 2026, cujo processamento foi posteriormente deferido. Antes dessa data, em 15 de janeiro de 2026, a Casan havia rescindido o contrato por inadimplemento e aplicado sanções contratuais, mas o valor dos prejuízos ainda dependia de apuração em ação indenizatória. O plano de recuperação judicial foi aprovado e homologado. Durante o período de fiscalização judicial previsto no art. 61 da Lei nº 11.101/2005, a recuperanda deixou de pagar prestação assumida no plano em favor de credores sujeitos à recuperação. A sociedade alegou que a falência não poderia ser decretada porque o crédito da Casan somente passaria a existir depois da sentença de liquidação e porque o descumprimento do plano autorizaria apenas a execução individual da obrigação.

Considerando a Lei nº 11.101/2005 e a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) O crédito decorrente do inadimplemento anterior ao pedido de recuperação judicial considera-se existente desde seu fato gerador, ainda que ilíquido, e, em princípio, sujeita-se à recuperação; a ação destinada a apurá-lo pode prosseguir no juízo de origem, e o descumprimento de obrigação do plano durante o período do art. 61 acarreta a convolação da recuperação judicial em falência.

(B) O crédito da Casan não se sujeita à recuperação judicial, porque apenas créditos líquidos, vencidos e reconhecidos por sentença transitada em julgado podem integrar o plano de recuperação.

(C) A ação indenizatória deve ser imediatamente extinta após o deferimento do processamento da recuperação judicial, cabendo exclusivamente ao juízo recuperacional apurar a existência e o valor do crédito ilíquido.

(D) O descumprimento de obrigação prevista no plano jamais autoriza a convolação da recuperação em falência, pois a concessão da recuperação produz novação definitiva e irretratável das obrigações anteriores.

(E) A falência somente poderia ser decretada se a recuperanda deixasse de pagar obrigação líquida representada por títulos protestados que, em conjunto, excedessem quarenta salários-mínimos, ainda que o inadimplemento tenha ocorrido durante o período de fiscalização do plano.

49

Após manutenção realizada na rede pública de abastecimento, a água fornecida a determinado imóvel apresentou contaminação por substância prejudicial à saúde. O consumidor utilizou a água antes de receber qualquer alerta e sofreu danos comprovados. Em ação indenizatória, sustentou que não foi adequadamente informado sobre o risco e demonstrou o dano e o nexo com a água fornecida. A prestadora do serviço alegou que sua responsabilização dependeria da comprovação de culpa de seus empregados e que caberia exclusivamente ao consumidor provar o defeito do serviço; não demonstrou, entretanto, a inexistência do defeito nem a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro. Considerando os direitos básicos do consumidor e a responsabilidade pelo fato do serviço, assinale a alternativa correta.

(A) A responsabilidade da prestadora é subjetiva, pois os serviços públicos estão excluídos do regime do Código de Defesa do Consumidor, cabendo ao consumidor provar a culpa individual do agente responsável pela manutenção.

(B) A ausência de informação adequada constitui violação a direito básico do consumidor, e o fornecedor de serviços responde, independentemente de culpa, pelos danos causados por defeitos relativos à prestação ou por informações insuficientes ou inadequadas, ressalvadas as excludentes legais.

(C) A responsabilidade objetiva impede que o fornecedor demonstre qualquer causa de exclusão do dever de indenizar, bastando ao consumidor comprovar a ocorrência de dano durante a prestação do serviço.

(D) A inversão do ônus da prova constitui consequência automática de toda relação de consumo, independentemente de decisão judicial, verossimilhança da alegação ou hipossuficiência do consumidor.

(E) A culpa exclusiva de terceiro não exclui a responsabilidade pelo fato do serviço, pois o fornecedor integra cadeia objetiva de garantia e responde por todo dano relacionado temporalmente à prestação.

50

Um consumidor contratou, mediante formulário padronizado e sem possibilidade de discutir substancialmente suas cláusulas, equipamento destinado ao tratamento doméstico de água. A publicidade e a oferta escrita asseguravam funcionamento contínuo durante cinco anos e garantia contratual de vinte e quatro meses. Após a contratação, verificaram-se as seguintes ocorrências:

- **o fornecedor recusou-se a cumprir característica expressamente anunciada na oferta;**
- **surgiu vício oculto, constatado tecnicamente somente oito meses após a entrega;**
- **o consumidor foi cobrado por débito já integralmente pago e teve seu nome mantido em cadastro de inadimplentes por mais de cinco dias úteis após comunicar e comprovar o pagamento;**
- **a sociedade fornecedora encerrou irregularmente suas atividades, e sua personalidade jurídica tornou-se obstáculo ao ressarcimento dos consumidores.**

Com base no Código de Defesa do Consumidor e na jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

(A) O prazo decadencial para reclamar do vício oculto começa necessariamente na entrega do produto; a garantia contratual substitui a garantia legal; e a desconsideração da personalidade jurídica exige, em qualquer hipótese, prova de desvio de finalidade ou confusão patrimonial.

(B) A publicidade suficientemente precisa não integra o contrato; a manutenção da inscrição após o pagamento é responsabilidade exclusiva do órgão mantenedor do cadastro; e o contrato deixa de ser de adesão quando permite o preenchimento manuscrito de cláusulas acessórias.

(C) O consumidor pode exigir o cumprimento forçado da oferta, aceitar produto ou serviço equivalente ou rescindir o contrato com restituição e perdas e danos; o prazo para reclamar de vício oculto inicia-se quando o defeito ficar evidenciado; a garantia contratual é complementar à legal; e o credor deve providenciar a exclusão do registro negativo em até cinco dias úteis após o pagamento integral e efetivo.

(D) A cobrança indevida assegura devolução em dobro em qualquer circunstância, inclusive quando houver engano justificável, mas a desconsideração da personalidade jurídica é incabível nas relações de consumo quando a sociedade estiver insolvente.

(E) O prazo prescricional de cinco anos previsto no CDC aplica-se indistintamente às pretensões decorrentes de vício e de fato do produto; a prévia comunicação da inscrição negativa compete sempre ao credor; e cláusulas limitativas de direitos inseridas em contrato de adesão dispensam destaque quando redigidas de forma gramaticalmente clara.